

Índice

I	11
II	39
III	63
Apêndices	93

Para a Mary, com amizade

I

Estas reflexões foram suscitadas pelos acontecimentos e debates dos últimos anos, considerados na perspectiva de um século xx que veio a ser, como predissera Lenine, um século de guerras e de revoluções, e, por conseguinte, um século dessa violência geralmente tida por seu denominador comum. Há, todavia, outro fator na situação atual que, embora ninguém o tenha previsto, se revela de pelo menos igual importância. O desenvolvimento técnico dos instrumentos da violência atingiu hoje um ponto tal, que nenhum objetivo político pode concebivelmente corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar a sua utilização efetiva num conflito armado. Portanto, a guerra — desde tempos imemoriais, o implacável árbitro em última instância das disputas internacionais — perdeu grande parte da sua eficácia e quase toda a sua sedução. A partida de xadrez “apocalíptica” entre as superpotências, isto é, entre as que se movem no plano superior da nossa civilização, é jogada segundo a regra: “se algum dos dois ‘ganha’, é o fim de ambos”¹ — trata-se de um jogo que não conserva qualquer semelhança com os jogos de guerra que o precederam. O seu objetivo “racional” é a dissuasão, não a vitória, e a corrida aos armamentos, que já não é uma preparação para a guerra, só pode ser justificada pelo argumento de que a melhor garantia da paz é

1 Harvey Wheeler, “The Strategic Calculators”, in Nigel Calder, *Unless Peace Comes*, Nova Iorque, 1968, p. 109.

cada vez mais dissuasão. Quanto à interrogação sobre como poderemos alguma vez arrancar-nos à evidente insensatez desta situação, é uma pergunta sem resposta.

Uma vez que a violência — ao contrário do poder, da força, ou da potência — tem sempre necessidade de *instrumentos* (como Engels assinalou há longa data²), a revolução tecnológica, enquanto revolução da produção de instrumentos, teve especiais consequências sobre a guerra. A substância própria da ação violenta é governada pela categoria meios-fins, cuja aplicação aos assuntos humanos teve sempre como principal consequência pôr o fim em perigo de ser obliterado pelos meios que justifica e que são necessários à sua consecução. Uma vez que o fim da ação humana, na medida em que se distingue do fim dos produtos fabricados, não pode ser nunca seguramente antecipado, os meios utilizados em vista de objetivos políticos são na maior parte dos casos mais importantes para o mundo futuro do que os objetivos visados.

Além disso, como os resultados da ação dos homens escapam ao controlo dos atores, a violência comporta em si mesma um elemento adicional de arbitrariedade; em nenhum outro lugar, a Fortuna, a boa ou a má sorte, desempenha um papel tão decisivo nos assuntos humanos como o que assume no campo de batalha, e esta intervenção do absolutamente inesperado não desaparece quando se passa a chamar-lhe “efeito do acaso” e a considerá-la cientificamente suspeita; do mesmo modo, não pode também ser eliminada por simulações, cenários, teorias dos jogos, etc. Trata-se de um campo onde não há certeza — e não há cálculo que possa garantir sequer a certeza da destruição mútua em certas circunstâncias. O próprio facto de aqueles que estão empenhados no aperfeiçoamento dos meios de destruição terem acabado por alcançar um nível de desenvolvimento técnico que faz com que o seu propósito — ou seja, a própria guerra — tenda finalmente a desaparecer devido aos meios à sua disposição³ vem como que

2 *Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft* (1878), II Parte, cap. 3.

3 Como assinala o general André Beaufre em “Battlefields of the 1980s”: só “nessas partes do mundo que não estão cobertas pela dissuasão nuclear” a guerra é ainda pos-

recordar-nos ironicamente essa imprevisibilidade generalizada com que deparamos à medida que nos aproximamos do reino da violência. A razão principal por que a guerra continua entre nós não é um desejo secreto de morte da espécie humana, nem um instinto de agressão irreprimível, nem, por fim e mais plausivelmente, os sérios perigos de ordem económica e social que o desarmamento implica⁴, mas o simples facto de ainda não ter aparecido na cena política alguma coisa que a substitua no papel de árbitro em última instância das questões internacionais. Não acertaria Hobbes ao dizer: “Os pactos, sem a espada, não são mais do que palavras”?

Não é provável que um substituto apareça enquanto se continuarem a identificar a independência nacional — ou seja, a liberdade perante um governo exterior — e a soberania do Estado — ou seja, a reivindicação de um poder ilimitado e sem freio nos assuntos exteriores (os Estados Unidos da América são um dos poucos países nos quais é pelo menos teoricamente possível separar adequadamente a liberdade e a soberania, na medida em que essa separação não ameaçaria as bases sobre as quais se funda a República Americana. Segundo a Constituição, os tratados com o estrangeiro são parte integrante da lei da terra, e — como o juiz James Wilson fazia notar em 1793 — “para a Constituição dos Estados Unidos o termo soberania é totalmente desconhecido”. Mas a época desta clara e altiva separação da linguagem tradicio-

sível, e até mesmo essa “guerra convencional”, apesar dos seus horrores, é de facto, já hoje, limitada pela ameaça sempre presente de uma escalada que desemboque na guerra nuclear (*in* Calder, *op. cit.*, p. 3).

4 O *Report from Iron Mountain*, Nova Iorque, 1967, na sua sátira do modo de pensar da Rand Corporation e de outros laboratórios de ideias (*think tanks*), aproxima-se provavelmente mais da realidade, graças ao seu “tímido relance para lá da fronteira da paz”, do que a maior parte dos estudos “sérios”. A sua tese principal, afirmando que a guerra é tão essencial ao funcionamento da nossa sociedade que não nos atreveremos a aboli-la a menos que descubramos outras maneiras ainda mais mortíferas de lidar com os nossos problemas, só chocará os que esqueceram a que ponto a crise do desemprego resultante da Grande Depressão só pôde ser resolvida pelo rebentar da Segunda Guerra Mundial, ou aqueles que têm por conveniente subestimar ou ignorar a presente extensão do desemprego latente que se manifesta sob as diversas formas que assume a presença de trabalhadores supranumerários num grande número de empresas.

nal e do quadro conceptual do Estado-nação europeu pertence há muito ao passado; a herança da Revolução Americana caiu no esquecimento, e o governo americano, para o melhor e para o pior, assumiu a herança europeia como se esta fosse património seu, ignorando por desgraça a circunstância de o declínio do poder europeu ter sido precedido e acompanhado pela falência política — a falência do Estado-nação e do seu conceito de soberania.) O facto de a guerra ser ainda a *ultima ratio*, a velha continuação da política através dos meios de violência, nos assuntos exteriores dos países subdesenvolvidos não é um argumento que refute o seu carácter obsoleto, do mesmo modo que não pode servir-nos de consolação o facto de só os pequenos países, que não dispõem de arsenais nucleares e biológicos, se poderem ainda permitir fazê-la. Não é segredo para ninguém que o célebre acaso que a desencadeia tenha mais probabilidades de acontecer nessas partes do mundo nas quais o antigo adágio: “Não há alternativa à vitória” conserva um grau elevado de plausibilidade.

Nestas circunstâncias, a verdade é que há poucas coisas mais assustadoras do que o prestígio constantemente crescente durante as últimas décadas dos especialistas de formação científica nos órgãos consultivos dos governos. O problema não está em que esses conselheiros tenham sangue-frio suficiente para “pensar o impensável”, mas em que não *pensam*. Em vez de se consentirem o exercício de uma atividade tão antiquada e tão incomputável, dedicam-se a calcular as consequências de certas configurações hipotéticas, sem que isso, todavia, os torne capazes de porem as suas hipóteses à prova do que efetivamente sucede. A falha lógica destas construções hipotéticas do que acontecerá no futuro é sempre a mesma: o que de início aparece como uma hipótese — comportando ou não alternativas, conforme os seus termos sejam mais ou menos elaborados — transforma-se de imediato, habitualmente uns poucos parágrafos mais tarde, num “facto”, que dá, por seu turno, origem a toda uma série de não-factos semelhantes, o que tem por resultado fazer esquecer o carácter puramente especulativo de toda a construção. Não é necessário dizer que não se trata, pois, de ciência, mas de pseudociência, de uma “tentativa desesperada

por parte das ciências sociais e do comportamento”, nas palavras de Noam Chomsky, “de imitarem os traços superficiais das ciências dotadas de sentido e de conteúdo intelectual”. E a mais evidente e “mais profunda objeção a esta espécie de teoria estratégica não é a sua utilidade limitada, mas o seu perigo, uma vez que pode levar-nos a acreditar que temos uma inteligência dos acontecimentos e do modo de controlar o seu fluxo que na realidade não temos” — como Richard N. Goodwin assinalava recentemente numa recensão crítica portadora da rara virtude de detetar o “humor inconsciente” que caracteriza muitas dessas pomposas teorias pseudocientíficas⁵.

Os acontecimentos são, por definição, factos que interrompem os processos e procedimentos de rotina; só num mundo em que nada de importante acontecesse poderiam os futurologistas aspirar à verdade das suas previsões. As predições do futuro nunca são mais do que projeções dos processos e procedimentos automáticos do presente, ou seja, de factos que provavelmente ocorrerão se os homens não agirem e se nada de inesperado acontecer; cada ação, para o melhor ou para o pior, e cada acidente destroem necessariamente a totalidade do quadro e da forma dos quais a predição parte e que, ao mesmo tempo, a demonstram. (A observação formulada de passagem por Proudhon — “A fecundidade do inesperado excede de longe a prudência do estadista” — continua felizmente a ser verdadeira. E a fecundidade do inesperado excede ainda mais manifestamente os cálculos do especialista.) Chamar a estes acontecimentos inesperados, imprevistos e imprevisíveis “factos acidentais” ou “últimas sobrevivências do passado”, condenando-os à irrelevância ou aos famosos “caixotes do lixo da história”, é o mais velho dos expedientes profissionais; o expediente contribui, sem dúvida, para tornar mais clara a teoria, mas ao preço de a afastar cada vez mais da realidade. O perigo é que estas teorias são não só plausíveis, uma vez que a sua demonstração se baseia em tendências efetivamente

5 Noam Chomsky in *American Power and the New Mandarins*, Nova Iorque, 1969; recensão crítica de Richard N. Goodwin do livro de Thomas C. Schelling, *Arms and Influence*, Yale, 1966, in *The New Yorker*, 17 de fevereiro de 1968.

discerníveis no presente, mas têm também, dada a sua consistência interna, um efeito hipnótico; adormecem o nosso senso comum, que é nada menos do que o órgão do espírito através do qual percebemos e compreendemos a realidade e a facticidade, e lidamos com elas.

Ninguém que esteja empenhado em pensar a história e a política pode ignorar o enorme papel que a violência sempre exerceu nos assuntos humanos, e é à primeira vista bastante surpreendente que a violência enquanto tal tenha sido tão raramente objeto de consideração particular⁶. (Na última edição da *Encyclopedia of the Social Sciences* a “violência” não figura sequer como entrada.) O que mostra como a violência e a sua arbitrariedade são tidas por óbvias e, nessa medida, negligenciadas; ninguém se dá ao trabalho de questionar ou examinar o que é óbvio aos olhos de todos. Aqueles que não viram mais do que violência nos assuntos humanos, convencidos de que estes eram “sempre fortuitos, não sérios, não precisos” (Renan), ou de que Deus estava sempre do lado dos batalhões mais fortes, nada mais tinham a dizer nem da violência nem da história. E quem procurasse alguma espécie de sentido nos registos do passado achava-se quase forçado a ver a violência como um fenómeno marginal. Tanto no caso de Clausewitz quando considera a guerra como “a continuação da política por outros meios”, como no caso de Engels que define a violência como acelerador do desenvolvimento económico⁷, a tónica recai sobre a continuidade política ou económica, sobre a continuidade de um processo que continua a ser determinado por aquilo que precede a ação violenta. Por conseguinte, os investigadores das relações internacionais sustentaram até uma data recente que “a máxima é que uma solução militar que discorde das origens culturais mais profundas do poder nacional não poderia ser estável”, ou que, nas palavras de Engels, “onde quer que a organização do poder de um país entre em contradição com o seu desenvolvi-

6 Existe, sem dúvida, toda uma vasta literatura sobre a guerra e as guerras, mas que se ocupa dos instrumentos da violência, e não da violência enquanto tal.

7 Ver Engels, *op. cit.*, II Parte, cap. 4.